

# EM 2001, PSICOLOGIA REALIZOU 32 CURSOS PAGOS

Terezinha Vicente Ferreira  
Jornalista



*Diretor considera “maravilhosa essa oferta de cursos para fora”, informa que o valor médio da hora-aula é de 9 reais e sustenta que os professores do IP não multiplicam o salário. Os repasses para a USP (departamentos, unidade e Reitoria) totalizam 13% do arrecadado*

**C**hama a atenção a quantidade de cursos realizados pelo Instituto de Psicologia (IP), que promoveu, em 2001, 32 cursos extracurriculares pagos e 52 eventos gratuitos. O IP possui quatro departamentos — Psicologia da Aprendizagem (PSA), Psicologia Clínica (PSC), Psicologia Experimental e Social (PSE), Psicologia do Trabalho (PST). A estrutura da unidade inclui uma “secretaria de cursos e eventos”, mas todos os cursos são administrados pela Fusp, segundo a Portaria nº 2, de 8 de fevereiro de 2001, assinada pelo professor César Ades, diretor do IP (ver quadro).

O diretor do IP, apresentando vários documentos (cópias da Resolução CoCEX 3878, publicada no DO de 26.9.91, do capítulo III do Regimento Geral da USP e da

*“Nossa extensão é forte, atendemos clinicamente de graça, prestamos vários serviços à comunidade”, diz o professor Ades*

Portaria interna), informa que os cursos pagos oferecidos em toda a USP são regulamentados desde 1991, e que os da unidade tramitam pelos órgãos universitários competentes, como a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

“A extensão é uma função importante da Universidade, é parte do dever e responsabilidade da universidade pública”, acredita o professor Ades. “Acho maravilhosa

essa oferta de cursos para fora. Temos um conhecimento acumulado, que vem de investimentos do Estado, com dinheiro público, e temos que devolver isto à sociedade com pesquisas e formação de alunos, por exemplo”. Segundo o diretor, o IP tem retorno financeiro dos cursos e pode utilizar os recursos para melhorar a infra-estrutura não só dos cursos de extensão, mas dos próprios departamentos.

Dos 32 cursos oferecidos no ano de 2001, dois foram de pós-graduação *lato sensu*: “Teoria, Técnica e Estratégias Especiais em Psicanálise” (840 horas) e “Teoria Comportamental e Cognitiva: Teoria e Aplicação” (360 horas). Dos demais, apenas três — dois de aperfeiçoamento e um de especialização — têm cargas horárias altas (180 horas e 426 horas, respectiva-



**Professor César Ades, diretor do IP**

mente), de acordo com o mínimo exigido pelo CoCEX. Os outros são cursos de difusão cultural e atualização, com duração entre 16 e 74 horas, além de um curso de férias. Atualmente, o IP oferece dois novos cursos *lato sensu*, um em Psicoterapia Psicanalítica e o outro em Psicologia e Educação.

O Departamento de Psicologia da Aprendizagem (PSA) é responsável pela maioria dos cursos e eventos oferecidos (mesas-redondas e palestras principalmente), sendo que em todos eles a equipe é constituída por professores do IP, credenciados pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), de acordo com o diretor da unidade.

“O pró-labore é dado, claro”, diz o professor, “mas os cursos são baratos e os professores aqui não multiplicam o salário”. A média do valor da hora-aula seria de 9 reais, reservando-se 77% do apurado para os gastos do curso. Os repasses para a USP somam 13% e a Fusp fica com 10% a título de taxa de administração. “Nossa extensão é forte, atendemos clinicamente de graça, prestamos vários serviços à comunidade, desde testar visão

em bebês até atender pacientes com dificuldade de comunicação”, emenda o professor Ades. A Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida é citada como exemplo de trabalho financiado pelos cursos pagos. “A Pré-Escola atende crianças com distúrbios globais do desenvolvimento”, explica o diretor do IP, “e a professora joga o produto dos cursos nesse atendimento”.

Apesar de defender que “empobreceríamos muito a Universidade, se o IP suprimisse estes cursos”, o professor Ades acredita que é preciso discutir a questão dos cursos pagos abertamente. “A Universidade tem que se estruturar para tomar posição em relação aos cursos pagos de extensão, tem que haver uma norma. A Universidade tem que enfrentar o problema, colocando limites sobre o que é legal e o que não é”.

A professora Maria Luiza Sandoval Schmidt, do IP, critica os cursos pagos, vendo-os como integrantes “do processo em curso, de privatização”, mas pondera: “Em tese sou contra, mas as intenções das pessoas são variadas. Uma parte deles vem mesmo no sentido

## PORTARIA IP Nº 2, DE 8.2.2001

“Os cursos extra-curriculares ministrados neste Instituto deverão ser administrados financeiramente através da Fusp – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.

Do total arrecadado deverão ser recolhidas as seguintes taxas:

- 10% - para a Fusp
- 5% - para a Reitoria da USP
- 5% - para o Departamento
- 3% - para a Administração do IPUSP

Sendo que os 3% da administração serão aplicados prioritariamente na infra-estrutura de produção científica. Os 5% do Departamento e os 3% da Administração ficarão em uma conta na Fusp”.

de substituir outra atividade, é uma forma de ganhar dinheiro. Há os que se comportam como na FEA: a USP é uma grife. Agora, há colegas que dão esses cursos com sacrifício, para manter atividades do interesse da própria Universidade”.

Ela lembra que os cursos do IP já foram todos gratuitos, e observa que é importante fazer extensão. “A Universidade deveria prover os meios para que suas atividades-fim fossem realizadas. Há um estreitamento de pessoal e falta de ajuda. Vivemos uma realidade difícil. Mas não concordo que a Universidade deva ser paga”, arremata a professora.



# PÚBLICO OU PRIVADO? CURSOS PAGOS FINANCIAM INTERAÇÃO ESCOLA-SOCIEDADE

Carolina Fantaccini  
Equipe da Revista Adusp

Prestadora de serviços ou instituição acadêmica? Ambos. Esta é a definição encontrada no site da Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, laboratório pertencente ao Instituto de Psicologia da USP. Criada em 1990 como um centro de atendimento a crianças com distúrbios globais de desenvolvimento (síndromes designadas genericamente pela sigla DGD), a Pré-Escola Lugar de Vida sustenta-se principalmente com a arrecadação dos cursos pagos que oferece, entre eles um de pós-graduação *lato sensu*.

A professora Maria Cristina Machado Kupfer, diretora da Pré-Escola, explica que sempre busca outras fontes de renda para manter a iniciativa, sem aliviar, porém, a dependência desses cursos. “Eu tentei muitas coisas, e consigo, sim. Mas nunca é suficiente”, diz. “Tenho convênios variados, como o financiamento da Comissão de Publicações da Capes, que paga metade de nossa revista. O mais oneroso é a folha de pagamento.”

Depender dos cursos pagos não garante que a Pré-Escola arrecade mais do que gaste. No primeiro semestre de 2002, os cursos renderam à instituição cerca de 74 mil reais, enquanto os gastos, entre pessoal, impostos e repasses (para a Reitoria e para o Departamento



Equipe da Pré-Escola;  
ao lado, parque

de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade), ultrapassaram os 94 mil reais.

De acordo com a professora, quase toda a arrecadação dos cursos vai para a folha de pagamento da Pré-Escola, desde a secretaria até profissionais da área de psicologia. Alguns docentes do próprio IP dão atendimento na Pré-Escola, recebendo cerca de 100 reais por mês. Há professores, como Maria Helena Patto, que fazem o atendimento gratuitamente.

A professora Kupfer faz questão de frisar que o laboratório que dirige é uma instituição acadêmica. “Temos nossas publicações, como a nossa revista, que recebeu conceito ‘A’ na Capes pela segunda vez, e nós mesmos bancamos a publicação dos anais dos nossos congressos. Além disso, há pesquisas desenvolvidas



aqui por professores e alunos do IP.”

Os preços dos cursos de atualização oferecidos pela Pré-Escola podem chegar a 550 reais. Os alunos do curso *lato sensu*, com duração de dois anos, pagam inscrição de 50 reais, matrícula de 190 reais e mensalidades de 390 reais.